

O estudo do comportamento no contexto analítico-comportamental: uma historicidade crítica e reflexões ético-políticas

The study of behavior in the analytical-behavioral context: a critical
historicity and ethical-political reflections

El estudio de la conducta en el contexto analítico-conductual: una
historicidad crítica y reflexiones ético-políticas

Wanderson Barreto¹, Gisele Toassa²

[1] Centro Universitário Unicambyury [2] Universidade Federal de Goiás | **Título abreviado:** O estudo do comportamento no contexto analítico-comportamental | **Endereço para correspondência:** Wanderson Barreto – Unicambyury, Departamento de Psicologia, Av. T-2, 3531 - St. Sol Nascente, Goiânia (GO) 74410-220 | **Email:** wbarretopsi@hotmail.com | doi.org/10.18761/PAC.2021.a01

Resumo: Este ensaio discute criticamente os aspectos históricos do estudo do comportamento humano na Psicologia, bem como as implicações ético-políticas relacionadas a este tema. É realizado um delineamento histórico da construção da categoria “comportamento” para a Psicologia ao longo do século XX, problematizando os possíveis impactos ético-políticos das práticas da ciência do comportamento. Trata-se de um trabalho estruturado em três seções: 1) *Comportamento: Uma categoria sob o domínio científico norte-americano*, em que se discute como o estudo do comportamento foi construído a partir da predominância das ciências tradicionais e do ideal da objetividade científica; 2) *A reconstrução do “comportamento” na Psicologia a partir do pensamento skinneriano*, em que é apontado o fortalecimento da ideia do comportamento como tema da Psicologia a partir da perspectiva Behaviorista Radical; e 3) *É possível uma Ciência do Comportamento com responsabilidades ético-políticas?*, em que se busca problematizar a associação entre “comportamento” e “controle” em uma ciência do comportamento e implicações ético-políticas decorrentes disso. Conclui-se que: 1) O “comportamento” como objeto de investigação contribuiu para que a Psicologia pudesse se aproximar das ciências naturais; 2) O Behaviorismo Radical de Skinner tem fortalecido a ideia de que o estudo do comportamento pode contribuir para o alcance e solução de problemas sociais; e 3) É possível que cientistas do comportamento façam empreendimentos responsáveis a partir de estudos críticos sobre os usos da ciência para instrumentalizar e fortalecer grupos dominantes e sobre as possibilidades de usar os conhecimentos científicos para enfrentar certos mecanismos de dominação.

Palavras-chave: História da Psicologia; Behaviorismo Radical; Comportamento; Controle.

Abstract: This essay critically discusses the historical aspects of the study of human behavior in Psychology, as well as the ethical-political implications related to this theme. A historical outline of the construction of the category “behavior” for Psychology throughout the 20th century is carried out, problematizing the possible ethical-political impacts of behavioral science practices. It is a work structured in three sections: 1) *Behavior: A category under the north-American scientific domain*, in which it is discussed how the study of behavior was built from the predominance of traditional sciences and the ideal of scientific objectivity; 2) *The reconstruction of “behavior” in Psychology from Skinner’s thought*, in which the strengthening of the idea of behavior as a theme of Psychology from the Radical Behaviorist perspective is pointed out; and 3) *Is a Behavioral Science with ethical-political responsibilities possible?*, which seeks to question the association between “behavior” and “control” in a behavioral science and the resulting ethical-political implications. We conclude that: 1) “Behavior” as an object of investigation contributed so that Psychology could approach the natural sciences; 2) Skinner’s Radical Behaviorism has strengthened the idea that the study of behavior can contribute to the reach and solution of social problems; and 3) It is possible that behavioral scientists do enterprises responsible from critical studies on the uses of science to equip and strengthen dominant groups and the possibilities of using scientific knowledge to face certain mechanisms of domination.

Keywords: History of Psychology; Radical Behaviorism; Behavior; Control

Resumen: Este ensayo argumenta críticamente los aspectos históricos del estudio del comportamiento humano en Psicología, así como las implicaciones ético-políticas relacionadas con este tema. Se realiza un esquema histórico de la construcción de la categoría “conducta” para la Psicología a lo largo del siglo XX y problematizar los posibles impactos ético-políticos de las prácticas de las ciencias del comportamiento. Se trata de un trabajo estructurado en tres apartados: 1) Comportamiento: categoría del dominio científico norteamericano, en la que se discute cómo se construyó el estudio del comportamiento a partir del predominio de las ciencias tradicionales y el ideal de objetividad científica; 2) La reconstrucción de la “conducta” en Psicología a partir del pensamiento de Skinner, en la que se señala el fortalecimiento de la idea de conducta como tema de la Psicología desde la perspectiva conductista radical; y 3) ¿Es posible una Ciencia del Comportamiento con responsabilidades ético-políticas?, que busca problematizar la asociación entre “comportamiento” y “control” en una ciencia del comportamiento y las implicaciones ético-políticas resultantes. Se concluye que: 1) la “Conducta” como objeto de investigación contribuyó a que la Psicología pudiera acercarse a las ciencias naturales; 2) El conductismo radical de Skinner ha reforzado la idea de que el estudio de la conducta puede contribuir al alcance y solución de problemas sociales; y 3) Es posible que los científicos del comportamiento emprendan emprendimientos responsables basados en estudios críticos sobre los usos de la ciencia para instrumentalizar y fortalecer a los grupos dominantes y sobre las posibilidades de utilizar el conocimiento científico para enfrentar ciertos mecanismos de dominación.

Palabras clave: Historia de la Psicología; Conductismo radical; Comportamiento; Controlar

Falar sobre comportamento por meio de uma proposição psicológica pode ser, ao mesmo tempo, uma tarefa simples e complexa. “Simples” por conta do uso indiscriminado da palavra “comportamento” nas relações cotidianas, uma vez que esta expressão sinaliza as ações humanas e as pessoas dão-se por satisfeitas com esta noção. Porém, há certa complexidade em torno da ideia de “comportamento” quando o consideramos como um dos objetos especiais nas investigações e discursos psicológicos ao longo da história da Psicologia.

Como objeto de estudo, o “comportamento” pode ser investigado por diversos campos do saber, sejam eles científicos ou não. Além disso, tais investigações podem enfatizar aspectos também diversos do que se entende por “comportamento”. Sendo um objeto de estudo, o “comportamento” também pode ficar sob controle de pessoas e instituições que, certamente, precisarão refletir sobre os problemas éticos e/ou políticos envolvidos na finalidade destes estudos.

A palavra “comportamento” parece ter uma definição completa, não necessitando de outras problematizações. O referido termo é facilmente utilizado para relatar: a forma de agir diante de outras pessoas como “Você se comportou bem na escola?”; a maneira de explicar o funcionamento dos órgãos como “Meu cérebro se comportou meio agitado!”; o modo de representar condutas morais como “Seu comportamento é reprovável!”; ou até mesmo ao modo de reagir diante de determinadas situações como “Nossa! Como você se comportou durante o assalto?”. Tendo em vista esses exemplos, podemos compreender os comportamentos como respostas e/ou expressões caracterizadas por movimentos, reações, atuações e funcionamentos incitados pelas relações que estabelecemos com nosso mundo. Por outro lado, como veremos adiante, os comportamentos humanos podem significar muito mais do que movimentos do corpo e ações sociais.

Considerando a etimologia da palavra, a construção de “comportamento” se dá pelas palavras “comportar” e “mento”, referindo-se à palavra latina *comportare*, cujo sentido principal é “sustentar”, mas também se refere a “portar, reunir coisas”. Com a evolução das línguas, a palavra “comportamento” ganha um sentido mais amplo de “arrumado, corretamente disposto, bem arranjado”, o que leva

à compreensão do comportamento humano como sendo um conjunto de gestos e palavras em concordância com as regras sociais (Cunha, 1982/2012; Santos, Neves & Cabral, 2017), embora também consideramos que gestos e palavras destoantes das regras socialmente estabelecidas também são comportamentos.

Ainda na etimologia da palavra “comportamento”, temos sua correspondente *behavior* na língua inglesa. No *Online Etymology Dictionary*, Harper (2009) mostra que a palavra *behavior* é essencialmente uma variação da palavra *behave* cuja origem está no Inglês Médio *havour* “possessão” e no verbo francês antigo *avoir* “ter”. Para o autor, a construção da palavra no inglês revela o sentido de ser portador de boas ou más maneiras ou condutas.

A palavra *behavior* também deu origem ao movimento da Psicologia denominado behaviorismo, que, como dito por Cançado, Soares e Cirino (2015), tornou-se um termo também consagrado na língua portuguesa originando “comportamentalismo” a fim de demonstrar uma nova maneira de pensar a Psicologia e sua função na vida humana.

Estes achados etimológicos sugerem como o comportamento humano e seus estudos podem direcionar práticas de previsão e controle com vistas à adaptação das condutas em determinada sociedade. A partir disso, o objetivo deste trabalho é discutir a construção da ideia de “comportamento” historicamente utilizada na Psicologia, bem como as implicações ético-políticas presentes na compreensão e modificação do comportamento humano. Mais precisamente, este trabalho visa explorar a historicidade do “comportamento” como objeto de estudo da Psicologia, bem como levantar reflexões sobre os interesses da Psicologia pelo uso do “comportamento” tanto para se afirmar como ciência quanto para instrumentalizar práticas que visam a modificação do comportamento.

Para tanto, ao longo deste texto, serão apontadas as contribuições e perspectivas de Kurt Danziger e Thomas Teo. Estes autores apresentam criticamente a historicidade do conceito de comportamento (Danziger, 1997), bem como chamam atenção para as preocupações ético-políticas da prática psicológica (Teo, 2009). Embora não sejam behavioristas ou analistas do comportamento, Danziger e Teo fazem apontamentos e críticas que

podem também se aproximar das preocupações de Skinner (1953/2000, 1971/2002), principalmente no que tange às reflexões sobre os usos indesejáveis da ciência para lidar com questões humanas.

Consideramos que, mesmo sendo de campos do saber diferentes dos de Skinner ou de outros behavioristas, Danziger e Teo apresentam reflexões que podem oportunizar uma formação crítica e reflexiva sobre os usos da Análise do Comportamento. Tais críticas e reflexões também serão, ao longo do texto, articuladas com as ideias de analistas do comportamento contemporâneos.

Comportamento: Uma categoria sob o domínio científico norte-americano

Danziger (1997) teceu discussões sobre como algumas categorias, tais como “personalidade”, “inteligência”, “comportamento” e “emoções”, que não foram inicialmente inventadas pela Psicologia, eram cientificamente investigadas para atender demandas explicativas dos mais variados sistemas sociais, tais como as escolas, as clínicas, as empresas e as penitenciárias. O autor mostra que a ideia de “comportamento”, herdada dos estudos de fisiologia e da psicologia comparada, ganha notoriedade no meio científico dos Estados Unidos por ter boa correspondência com os contextos e vernáculos que apresentavam uma aura científica baseada na física, química e biologia. Para tanto, Danziger delineou cinco períodos importantes na história do “comportamento” como tema da psicologia.

Vale ressaltar que notamos na obra de Danziger certo esforço em expor distintamente cinco fases sobre a construção da categoria “comportamento”, porém, há momentos em que a narrativa do autor perde linearidade na exposição dos acontecimentos e os eventos marcantes de uma fase acabam se mesclando com os eventos de fases anteriores ou consequentes. Em todo caso, a fim de melhor compreender as cinco fases, apresentamos aqui a historicidade crítica de Danziger aliada com as discussões igualmente críticas de outros autores da Análise do Comportamento.

Tendo seu marco no início de 1900, os estudos sobre o comportamento animal, inicialmente

predominantes na biologia, ganharam força com o que se conhecia por Psicologia Comparada e deram início à primeira fase no uso do “comportamento” como uma categoria para a Psicologia. Esta área visava o entendimento dos princípios básicos entre humanos e animais não-humanos a fim de efetuar comparações entre espécies. Para tanto, o modelo explicativo central era o evolucionismo darwiniano (Danziger, 1997).

Hunziker (1995) também mostra como o pensamento evolucionista influenciou as ciências e, conseqüentemente, a Psicologia. Em seu estudo, a autora aponta quão prestigiada era a pesquisa sobre comportamento animal e como os pesquisadores ganhavam notoriedade a partir de seus achados experimentais, contribuindo, assim, para que eles se tornassem candidatos eleitos à presidência da *American Psychological Association* (APA), como foi o caso de Edward Thorndike em 1912, John Watson em 1915 e Edward Chace Tolman em 1937. Hunziker ainda revela que os estudos sobre o comportamento animal permanecem nos campos da psicologia, como no das neurociências, embora de modo menos frequente em decorrência de vieses humanistas e mentalistas.

Junto ao desenrolar dos estudos sobre comportamento animal, uma segunda fase que marca o uso do “comportamento” como tema da psicologia é aquela em que Danziger mostra a contribuição de William McDougall (1871-1938) com a publicação, em 1912, de um trabalho que anunciava a Psicologia como sendo o estudo do comportamento. Por meio de sua investigação histórica, Danziger revela que, na década de 1910, trabalhos importantes já faziam florescer a ideia de que o comportamento deveria ser a unidade básica de análise da psicologia.

McDougall chegou a mudar a concepção de que apenas o comportamento deveria ser o objeto de estudo da psicologia e acabou assumindo o “papel de um dos inimigos mais amáveis do comportamento” (Danziger, 1997, p. 88). Gomes e Alencastro (2011) ressaltam que McDougall, a partir de sua formação em medicina e antropologia, tinha uma visão mais ampla sobre como a psicologia deveria delinear seus objetos, e, além disso, criticava a ideia de que deveria existir somente um método de investigação psicológica correspondente ao raciocínio físico e biológico.

Ainda na década de 1910, mais precisamente em 1913, Danziger destaca uma terceira fase, entrelaçada com as anteriores, na construção da ideia de “comportamento” como tema da psicologia. Este período é marcado por um artigo conhecido como o *Manifesto Behaviorista*, de autoria de John Watson (1878-1958), também um psicólogo comparativo, com o título “A psicologia como um behaviorista a vê” (Watson, 1913). Este documento marca drasticamente a transformação do tema “comportamento” em um modo de rotular certos tipos de psicólogos, ou seja, aquilo que inicialmente se pretendia como objeto de estudo, passa a ser a identidade daqueles psicólogos com pretensões científicas, os denominados psicólogos comportamentalistas.

Nesta fase, o posicionamento de Watson foi claro: o que os psicólogos deveriam fazer era garantir que o comportamento, e não a consciência, se tornasse o objeto das investigações psicológicas e que estas deveriam ser realizadas em laboratórios tais como as investigações em física e química (Watson, 1913). Além disso, Watson apresentava interesse em tornar a psicologia uma ciência natural; por isso os estudos dos comportamentos animais eram tão defendidos por ele. Era por meio dos achados nas pesquisas com animais que se compreendia o comportamento humano, ou seja, por meio da replicação de procedimentos experimentais ou análogos com sujeitos de várias espécies é que se poderia responder às questões da vida humana (Cançado et al, 2015; Sanabio-Heck, 2015).

Esta terceira fase evolui para consolidar o lugar dos métodos experimentais utilizados também por psicólogos bem afinados com o behaviorismo, surgindo, então, a quarta fase da construção do tema “comportamento”. Danziger (1997) não se delonga nessa quarta fase, mas diz que a psicologia passa a se comprometer mais com os métodos experimentais, substituindo os compromissos anteriores que se tinha com os temas e métodos metafísicos, tais como a consciência e o método introspectivo. Assim, é possível explicitar que enquanto na terceira fase o comportamento se estabeleceu como objeto de investigação da Psicologia, na quarta fase houve a consolidação de que o estudo do comportamento deveria ser realizado por meio dos métodos experimentais, conforme se dava o estudo com sujeitos animais não-humanos.

Sanabio-Heck (2015) explica que o método experimental defendido pelos psicólogos das três primeiras décadas do século XX, entre eles o de Watson, foi fortemente inspirado no paradigma do fisiologista russo Ivan Petrovich Pavlov (1849-1936). O método pavloviano visava a compreensão dos aspectos fisiológicos da aprendizagem e suas associações ou emparelhamentos entre estímulos. Surge daqui o modelo explicativo de estímulo-resposta para dizer que um determinado comportamento será causado por certo evento antecedente. Este modelo fortalece, então, as investigações do “comportamento” a partir de arranjos e tecnologias dos laboratórios experimentais.

A quinta e última fase da história e construção do tema “comportamento” na psicologia evidencia os arranjos experimentais tão prestigiados nas ciências biológicas, tais como a observação sistemática e a manipulação de variáveis em contexto controlado, para fundamentar os métodos do que posteriormente seria denominada de “ciência do comportamento”. Danziger (1997) explica que, nas primeiras décadas do século XX, a ideia de “comportamento” como objeto especial dos estudos psicológicos ficou amplamente difundida, dada as possibilidades de se investigar tal objeto a partir de arranjos experimentais, principalmente entre psicólogos denominados behavioristas. Mas o próprio Danziger nos alerta ao dizer que a “ciência do comportamento” não possui o monopólio do “comportamento”, muito menos de suas formas de investigação. Isso porque, o estudo do comportamento humano e de animais não humanos também pode ser realizado por outros campos do saber, tais como a antropologia e a ciência cognitiva.

A historicidade das cinco fases da construção da ideia de “comportamento” na psicologia discutida por Danziger (1997) revela um movimento que merece mais destaque. Primeiro, um tema de estudo se mostra interessante às investigações de uma determinada área. Em seguida, os modos de investigação do tema proposto se alinham a outros métodos investigativos já renomados e hegemônicos. Então, o conhecimento que se forma a partir da investigação do referido tema passa a atender as mais diversas demandas sociais. Simultaneamente, tais demandas sociais também passam a determinar, então, quais conhecimentos serão produzidos.

A construção do “comportamento” pode ser compreendida de modo semelhante. Primeiro, o “comportamento” mostra-se relevante aos estudos da psicologia. Em seguida, os métodos de estudo do comportamento também se alinham aos métodos experimentais das ciências biológicas. Então, o conhecimento a respeito do comportamento se mostra interessante para compreender determinados problemas sociais. Simultaneamente, as demandas sociais ou forças de um poder político vigente, em determinado momento histórico, podem, por exemplo, terem em vista que a Psicologia, a partir de seus saberes sobre comportamento, irá contribuir na determinação do que é um comportamento adequado ou não e como este deverá ser erradicado ou, talvez, estimulado.

Observa-se, então, que o que acontece com a construção do “comportamento” como possível objeto de estudo da Psicologia é um claro exemplo de como um campo do saber, para se afirmar entre outros saberes, acaba se ajustando aos ideais politicamente difundidos. No caso de uma Psicologia alinhada às ciências hegemônicas (e. g., Biologia), o “comportamento”, dada suas propriedades também objetivas e passíveis de mensuração, torna-se o mais notório meio de se conquistar um lugar nas respeitadas ciências tradicionais. A fonte biológica dos estudos sobre o tema “comportamento” passa a ser uma fonte para ideias de uma psicologia que pretendia se afirmar entre as ciências naturais.

É preciso ressaltar que, ao longo da história da psicologia moderna, algumas escolas de pensamento surgiram como propostas para a compreensão do ser humano e do mundo. Os psicólogos, então, seguiam tendências de pensamento que se mostravam, por diversas vezes, opostas umas às outras. De acordo com Danziger (1997), as polaridades de pensamento da psicologia, tais como fisicalismo *versus* mentalismo ou monismo *versus* dualismo, sempre estiveram presentes e o que determina a filiação de uma ou de outra são as normas dominantes que, neste caso, influenciam os rumos e propósitos da ciência e demais campos do saber.

Os aspectos históricos descritos até agora são reveladores do *Zeitgeist*, ou seja, do clima intelectual e cultural que influenciou as ciências no início do século XX. Como visto, tratava-se de descrever, classificar e realizar experimentos para compreen-

der os fenômenos por meio do ideal da objetividade científica. Também no entendimento de Teo (2009), a ideia de “comportamento” como a unidade básica de análise, mais que a ideia de alma, ajudava a Psicologia, por meio de procedimentos sistemáticos e controlados, a se aproximar da objetividade necessária para ser apreciada pelas ciências naturais, tal como aconteceu no século XX.

Marx e Hillix (1997), ao estudarem os pressupostos do behaviorismo, também mostram como a noção de “comportamento” como objeto da Psicologia atendia ao *Zeitgeist* da época pela ideia de que o comportamento a ser investigado deveria ser a resposta orgânica, reduzida a processos bioquímicos e musculares em decorrência de estímulos antecedentes. Somente assim é que se alcançaria a tão almejada objetividade científica para a Psicologia.

Vale destacar que um pouco antes deste período, mas também em sobreposição aos achados laboratoriais, o *Zeitgeist* era outro. Carrara (2005) nos conta que, no final do século XIX, ainda predominava o mentalismo e a ideia de “consciência” como categoria a ser estudada pela Psicologia a partir dos métodos da introspecção.

A consciência humana, estudada pelas técnicas da introspecção (que também eram delineadas à maneira experimental sistemática), tinha uma posição consagrada no cenário intelectual e científico do final do século XIX e início do século XX. Naturalmente, qualquer um que contrariasse tais ideias encontraria resistências. Foi o que Watson encontrou no desenrolar de sua Psicologia com o *Manifesto Behaviorista* e iniciou sua campanha em torno dos estudos do comportamento humano a partir dos achados com animais não-humanos, defendendo, assim, o abandono da introspecção como método de investigação para adotar as práticas mais objetivas possíveis. Assim, a categoria “comportamento” encontrou resistências em meio ao *Zeitgeist* da época e elevou as polêmicas sobre qual deveria ser o objeto de estudo da Psicologia (Carrara, 2005; Sanabio-Heck, 2015).

A partir dos pensamentos presentes na história da Psicologia, conforme apontado por Danziger, faz-se necessário mais um apontamento sobre Watson e seus estudos sobre o comportamento humano. Strapasson (2012) mostra que, tradicional-

mente, alguns textos brasileiros (e. g., Matos, 1997) advogam uma vinculação de Watson ao dualismo mente-corpo. Esse vínculo tem sido decorrente de uma interpretação de que o autor teria admitido a imaterialidade da mente e, portanto, por ser imaterial, tal mente seria inacessível aos estudos a partir de métodos científicos. Watson concordava que o conhecimento a respeito do comportamento poderia ser desenvolvido a partir de análises cientificamente sistemáticas e controladas, defendendo, também, que o estudo do que se denomina processo mental poderia ser realizado “da mesma forma que outros cientistas naturais o empregam, isto é, sem fazer da consciência um objeto especial de observação” (Watson, 1913, p. 253).

Neste caso, em sua época, Watson também criticou os estudos dos denominados processos mentais considerando apenas o desvelamento de uma suposta e obscura “mecânica mental envolvida na aprendizagem, lembrança, recordação e no esquecimento, e não com o propósito de buscar uma maneira do ser humano modelar suas respostas para enfrentar os problemas do ambiente terrivelmente complexo em que é lançado” (Watson, 1913, p. 252).

Diante disso, Strapasson e Carrara (2008) nos ajudam a compreender que, por defender que conceitos psicológicos, tais como lembrança, emoção e pensamento possuem propriedades materiais e que podem ser estudados seguindo os mesmos princípios e rigores dos métodos de investigação de qualquer outro comportamento, Watson pode, então, ser vinculado a uma perspectiva monista, tanto em termos ontológicos quanto metodológicos.

A reconstrução do “comportamento” na Psicologia a partir do pensamento skinneriano

Com base em seus estudos sobre as categorias psicológicas, Danziger (1997) mostra que os objetos da Psicologia passam por construções e sofrem reconstruções ao longo da história. Trata-se de compreender que as categorias da psicologia surgem, não só em função de um determinado cenário histórico (e. g., modelo científico do século XIX), mas também pela necessidade de lidar com diferentes problemas histórico-sociais (e. g., crise econômica de 1929 nos

EUA). Para o autor, construir e reconstruir conceitos e saberes ao longo da história é o movimento perene de todas as áreas do conhecimento.

Historicamente, o uso do comportamento como categoria ganhou nova conotação a partir das ideias de Watson. Carrara (2005) aponta que, a partir das críticas a Watson e das tentativas de repensar a categoria “comportamento”, outros pesquisadores ao longo do século XX contribuíram com profundas mudanças sobre a ideia de comportamento na Psicologia, tal como o behaviorista Burrhus Frederic Skinner (1904-1990).

Fenômenos humanos, sustentados pela categoria “comportamento”, foram amplamente discutidos por Skinner. Tratava-se de investigar o comportamento humano e de animais não-humanos por meio da objetividade científica, mais precisamente pelo corpo teórico e metodológico da Análise Experimental, e por meio da concepção filosófica conhecida como Behaviorismo Radical.

A Análise Experimental é um tipo de área de conhecimento em que se utilizam certos métodos provenientes de várias fontes, tais como os estudos laboratoriais com humanos e animais não-humanos e observações de campo controladas. Uma análise experimental do comportamento é uma busca por relações funcionais entre variáveis em situações controladas, nas quais se manipulam as variáveis independentes (mudanças no ambiente) e se observam os efeitos nas variáveis dependentes (mudanças no comportamento). Entre as possibilidades de se fazer análises experimentais do comportamento, o delineamento experimental de sujeito único foi defendido por Skinner dado o entendimento de que os indivíduos interagem de maneira particular com o ambiente e, sendo assim, um mesmo sujeito pode ser submetido a todas as fases de um experimento para que se alcance análises mais acuradas a respeito das regularidades do comportamento (Sampaio et al., 2008; Velasco, Garcia-Mijares & Tomanari, 2010).

Já o Behaviorismo Radical, como filosofia da ciência do comportamento, é um modo de problematizar as razões pelas quais os comportamentos ocorrem a partir da relação organismo-ambiente. Trata-se de um sistema de conhecimento científico que vê o comportamento dos organismos como relações entre tipos de eventos. A palavra radical,

apesar das diversas definições, significa, neste contexto, “aquilo que pertence à raiz, relativo à origem”, ou seja, o Behaviorismo Radical pode ser melhor definido como um modo de pensar o mundo a partir das variáveis responsáveis pela aquisição e manutenção do comportamento dos organismos. Behavioristas radicais questionam-se sobre quais seriam as raízes das condutas humanas e de animais não-humanos (Carrara, 2005; Lopes, 2008; Todorov, 1982; Tourinho, 2006).

O especial interesse de Skinner pela categoria “comportamento” foi proeminente no século XX e seu projeto de uma Psicologia Científica marcou profundamente a Psicologia americana. Skinner, ao considerar seus achados laboratoriais e propor o Behaviorismo Radical, pretendia idealizar uma sociedade progressista, afirmando, mais tarde, que: “Os maiores problemas enfrentados hoje pelo mundo só poderão ser resolvidos se melhorarmos nossa compreensão do comportamento humano. As concepções tradicionais têm estado em cena há séculos e creio ser justo dizer que se revelaram inadequadas” (Skinner, 1974, p. 11).

Para alcançar uma compreensão dos fenômenos humanos, Carrara (2005) e Zilio (2012) mostram que, na reconstrução da categoria “comportamento”, Skinner via que uma Psicologia que assumisse o comportamento humano como seu objeto de estudo, a partir das concepções do Behaviorismo Radical, trazia uma clara postura monista fisicalista de ciência fazendo, assim, oposição às concepções dualistas. Com isso, a visão de ser humano e mundo está relacionada à ideia de que a natureza das coisas do mundo é física. Assim, no que diz respeito ao comportamento humano, a perspectiva de um psicólogo deveria ser materialista no sentido de compreender tudo o que há no mundo como pertencente à natureza material, abandonando-se, com isso, concepções metafísicas para explicar o comportamento humano. Além disso, um psicólogo Behaviorista Radical deveria ser atento às relações estabelecidas entre as pessoas e o mundo, pois é nessa relação que está a chave para compreender o determinismo da espécie, do próprio indivíduo e de sua cultura. Como dito por Skinner:

Os homens agem sobre o mundo, modificam-no e, por sua vez, são modificados pelas con-

seqüências de suas ações. Certos processos, que o organismo humano compartilha com outras espécies, alteram o comportamento de modo a alcançar um intercâmbio mais seguro e mais útil com um ambiente particular. (Skinner, 1957/1992, p. 1)

As ideias skinnerianas não se restringem somente ao monismo e à (multi)determinação dos fenômenos humanos. Skinner (1957/1992, 1974) também se posicionou com respeito aos denominados fenômenos mentais (consciência) partindo da rejeição à noção de uma mente imaterial, considerando, assim, o caráter relacional e contextual dos fenômenos estudados pela perspectiva do Behaviorismo Radical¹. Além disso, Skinner rejeita a ideia de causas internas como determinante do comportamento, pois em sua proposição Behaviorista Radical tanto comportamentos privados quanto públicos podem ser estudados observando a relação dos indivíduos com o mundo.

Para consolidar as ideias de Skinner, Cançado et al. (2015) são categóricos ao afirmar que numa proposta Behaviorista Radical o objeto é o comportamento e este é a relação organismo-ambiente. Skinner também propôs analisar relações comportamentais que, a depender das circunstâncias, podem envolver eventos restritos à observação pública direta e que usualmente são considerados como fenômenos especialmente subjetivos capazes de causar outros comportamentos. O estudo dos eventos comportamentais que são, por diversas vezes, restritos à observação, ocorre da mesma maneira em que se estuda qualquer comportamento humano: considerando a natureza física e suas relações estabelecidas com o ambiente. Analisa-se também as complexas relações que organismos e ambientes estabelecem ao longo de suas histórias, bem como o controle exercido pela comunidade verbal na qual o organismo humano está inserido (Pompermaier, Melo & Pimentel, 2014; Pompermaier, 2016; Simonassi, Tourinho & Silva, 2001; Skinner, 1957/1992, 1974, 1989).

1 O tema dos fenômenos mentais no Behaviorismo Radical é complexo e controverso. Por essa razão, sugerimos que os leitores aprofundem a discussão a partir de outras obras, como, por exemplo, Lopes e Abib (2003), Pompermaier e Lopes (2018) e Zilio (2011).

Com isso, estudar relações entre indivíduos e ambientes, entre pessoas e o mundo, também contribuiu com a ambição de Skinner em ter uma ciência do comportamento útil na resolução de problemas sociais (Skinner 1953/200, 1971/2002, 1974). Henklain e Carmo (2013) também salientam as ambições de Skinner em tornar a Psicologia uma Ciência do Comportamento, como instrumento altamente eficaz para lidar com demandas sociais a partir de um compromisso com a previsão e o controle do comportamento. Vale ressaltar que, em alguns momentos, o próprio Skinner entendia a si mesmo como “mais preocupado com interpretação do que com previsão e controle” (Skinner, 1974, p. 21). Esta frase de Skinner pode ser entendida no sentido de que as interpretações são parte do processo de se fazer ciência e alcançar o conhecimento para que, posteriormente, tal conhecimento seja útil às demandas humanas. Em *Análise do Comportamento*, o exercício de interpretar é possível a partir dos conceitos desenvolvidos pela *Análise Experimental do Comportamento*.

Assim, quanto mais conhecemos sobre o que controla nosso comportamento, mais livres somos para lutar por novos caminhos e alterar nosso futuro (Skinner, 1971/2002, 1974). A partir disso, Sampaio (2005) aponta que a concepção skinneriana de uma Ciência do Comportamento seria o meio mais privilegiado de atuação na realidade e de resolução de problemas sociais. O foco ainda seria nos elementos ambientais e suas relações funcionais nas vidas das pessoas. Tudo isso também sendo passível de interpretações a partir de um crivo científico.

Skinner acreditava que uma tecnologia do comportamento seria útil para resolver questões de relevância social. Esta tecnologia deveria ser utilizada de modo a não gerar subprodutos comportamentais danosos e incompatíveis com uma vida saudável (e.g., depressão). Na visão de Skinner, e de outros autores, como Sidman (1995/1989), as contingências aversivas são processos presentes na vida dos organismos e se caracterizam tanto pelo contato que temos com estímulos aversivos ao longo da vida quanto pela perda de estímulos reforçadores positivos. Com isso, os organismos tendem a se comportar, quando possível, de modo a não sofrer perda de reforçadores. Considerando as relações sociais,

algumas contingências geram controle coercitivo² que pode ser aplicado por agências controladoras, como o governo e as religiões quando visam oprimir e eliminar a diversidade de comportamentos entre as pessoas (Skinner, 1953/2000, 1989).

Vale ressaltar que, apesar da defesa pelo uso do reforçamento positivo como modo de intervenção sobre os comportamentos, Skinner mostrou que a suscetibilidade das pessoas a este tipo de reforçamento pode também produzir nas relações sociais o “escravo feliz”, que é aquele indivíduo cujo comportamento é controlado por reforçamento positivo imediato e, decorrente disso, diz que se sente livre, não consegue identificar fontes de controle aversivo coercitivo e tem reduzida a probabilidade de contracontrole. Além disso, Skinner também defendia que em algumas circunstâncias o contato com estímulos aversivos poderia ser desejável, tais como: no estabelecimento do comportamento de autocontrole (quando o indivíduo precisa se comportar, por exemplo, em situações conflitantes entre estímulos reforçadores imediatos e consequências aversivas atrasadas) ou caso não houvesse outra alternativa disponível para intervir em comportamentos considerados de alto risco à integridade física do indivíduo ou de pessoas próximas (Fernandes & Dittrich, 2018; Skinner, 1971/2002, 1989).

Diante do exposto nesta seção, é possível notar como a categoria “comportamento” ganha amplitude na perspectiva skinneriana. A própria categoria é usada para explicar não só aquilo que diretamente a conceitua, mas também passa a ser um sistema explicativo dos mais complexos fenômenos. As obras skinnerianas citadas neste ensaio, bem como as análises dos outros autores ao longo do texto, revelam a preocupação de Skinner em fortalecer a ideia de “comportamento” como tema de estudo da Psicologia para se alcançar a solução de problemas sociais. Tais ideias ainda sofrem críticas, sobretudo no que tange às preocupações ético-políticas.

2 O termo “controle coercitivo” foi utilizado aqui para classificar relações em que o comportamento das pessoas é alterado de modo que haja benefícios aos controladores e prejuízos, a curto ou longo prazo, aos controlados. Porém, este termo pode carecer de refinamento conceitual em relação à noção de controle aversivo. Para tanto, sugerimos aos leitores que acessem as obras de Hunziker (2011, 2017).

É possível uma Ciência do Comportamento com responsabilidades ético-políticas?

Como vimos, a categoria “comportamento” conduziu, de certa forma, os cientistas do comportamento a delimitar um objeto de estudo para a Psicologia, a pensar em metodologias de investigação deste objeto, a usar um vernáculo específico para propagação do conhecimento produzido, a desenvolver uma filosofia de ciência e a propor intervenções em contextos sociais. Com isso, podemos pensar sobre quais seriam os interesses dos cientistas do comportamento e se esses interesses estariam a favor do poder dominante ou a serviço da dignidade de uma maioria de oprimidos.

Para discutir este assunto, inicialmente apontamentos para as reflexões de Teo (2009) sobre as preocupações ético-políticas necessárias à psicologia. Thomas Teo apresenta uma perspectiva crítica sobre os caminhos tomados pelos cientistas da psicologia e tal perspectiva pode ser articulada com algumas preocupações de Skinner e outros analistas do comportamento que veremos mais a frente.

Teo (2009) diz que, apesar da evolução da Psicologia como ciência, muitas vezes não se observa o caráter ético-político de sua prática e que “a ênfase no controle e na adaptação negligencia o potencial emancipatório da psicologia” (p. 48). A discussão levantada por Teo provoca uma reflexão sobre como a psicologia com pretensões científicas pode acabar fortalecendo o status quo do poder dominante. O foco passa a ser na produção de dados que tenham utilidade para sociedade capitalista, coercitiva, discriminatória e com discursos de adaptação das condutas humanas. É importante ressaltar que essa preocupação não deve levar a posturas anticientíficas, mas deve constantemente conduzir os pesquisadores às reflexões sobre as implicações ético-políticas relacionadas com suas produções científicas.

Danziger (1997) também discutiu, em termos históricos, como a ideia de controle do comportamento ficou associada à Psicologia com pretensões científicas. De acordo com o autor, foi graças a Watson e seu “ideal de engenharia” que uma Psicologia dita científica deveria se delimitar à

previsão e controle do comportamento humano. Havia, nesta onda comportamentalista, um ideal de ciência do controle social. O ideal watsoniano tornou-se útil ao modelo capitalista e segregacionista norte-americano, pois seus estudos e discursos sobre o comportamento humano foram consagrados em diversas áreas, tais como: psicologia da propaganda, psicologia jurídica e psicopatologia.

Teo (2009) e Danziger (1997) são autores que discutem as preocupações ético-políticas específicas à questão do “comportamento” associando a ideia de “comportamento” com a ideia de “controle” e seus desdobramentos na sociedade. Para tanto, precisamos discutir sobre a associação entre comportamento e controle, bem como é necessário responder certas críticas que o Behaviorismo Radical recebeu quanto a este assunto.

Carrara (2005) analisou algumas críticas ao ideal comportamentalista e observou que parte das incursões contra o Behaviorismo Radical deve-se ao equivocado entendimento de que Skinner incentivava o controle como “arma” para modificação do comportamento. O pensamento de alguns críticos é que a “liberdade” das pessoas estaria completamente nas mãos do psicólogo analista do comportamento, que teria, a partir de sua formação, o poder de controlar as pessoas. Outra questão levantada por Carrara é que, em geral, as críticas com ênfase na ideia de controle levam ao entendimento de que o Behaviorismo Radical é reacionário e antidemocrático, ou seja, funciona a serviço do poder dominante e contribui para a perpetuação das desigualdades sociais.

No mesmo estudo, Carrara (2005) desmistifica a ideia de controle a partir das concepções do Behaviorismo Radical. Apesar do estigma da palavra, o “controle” precisa ser, inicialmente, entendido como uma forma de planejar e exercer certos tipos de metodologia de pesquisa. Controlar tem o sentido de forjar certos elementos para verificar se há alterações nos comportamentos. Nas relações interpessoais também há controle, intencional ou não, do comportamento dos outros. Este tipo de controle nas relações interpessoais se dá por complexas estimulações reforçadoras ou punitivas e são fundamentais na multideterminação das relações sociais. Assim, o controle, como arranjo de elementos experimentais, estaria, obviamente, mais acessível

vel ao poder dominante, como estão mais acessíveis qualquer outro objeto, tecnologia ou decisão.

Skinner (1974) dedica-se à questão do controle para esclarecer que, para além das agências controladoras, o comportamento humano também é um tipo de controle na medida em que, ao agirem sobre seu mundo, os indivíduos obtêm o que é fundamental para sua sobrevivência e de sua espécie. As invenções científicas e tecnológicas são exemplos do que ocorre quando humanos agem sobre o mundo visando controlar os mais variados aspectos da vida, seja para garantir um futuro melhor para todos ou até mesmo para destruir parte da humanidade (e. g., o uso da ciência e tecnologia em guerras).

Prever e controlar são práticas do cientista que, a partir de uma Ciência do Comportamento, por exemplo, visa compreender como a natureza exerce controle sobre os organismos. As práticas científicas, que ocorrem a partir de um conjunto de regras estabelecido por uma determinada comunidade científica, podem, quando permitem que o cientista alcance seus interesses, aumentar a probabilidade de que tais práticas continuem ocorrendo. Podemos reconhecer que, em nome de certas ciências, cometemos graves erros éticos, mas que o controle do qual Skinner fala, apesar de impossível de abandonar, não exprime necessariamente “dominação” ou pelo menos não deveria expressar qualquer filosofia de controle a serviço de certas agências controladoras (Skinner, 1971/2002, 1953/2000, 1974).

Na perspectiva skinneriana, a questão do controle é tão inevitável que até mesmo quando buscamos nos livrar, opor ou combater agências controladoras (governos, religiões, sistemas de educação e até a psicoterapia) estamos praticando um tipo especial de controle sobre o mundo: o contracontrole. Em outras palavras, o contracontrole social ocorre, em geral, quando há relações coercitivas e deseja-se eliminar os efeitos da coerção (Sidman, 1989/1995; Skinner 1953/2000, 1974).

Para Baum (2006), uma clara ameaça de revolução pode funcionar para coagir certo tipo de governo ofensivo a mudar. Assim, quando os controlados contracontrolam seus controladores acabam aumentando as chances de equidade. Se o contracontrole for bem-sucedido, há grandes chances de se manter nas relações a fim de que elas melhorem e reduzam as iniquidades.

De fato, a associação entre comportamento e controle é constante na perspectiva behaviorista radical, mas os esclarecimentos acima são necessários para que se eliminem equívocos sobre qual seria de fato o interesse dos praticantes da Ciência do Comportamento. Carrara (2005), após investigar as análises de Skinner sobre o controle aversivo, concluiu que o interesse estava mais voltado para a compreensão das contingências aversivas tão comuns no cotidiano das pessoas.

Mas não é só a ideia, equivocada, de que Skinner recomendava o controle aversivo que seus críticos sustentam. Há também o pensamento de que até mesmo a busca por um planejamento cultural baseado em reforçamento positivo seria um meio de manipular as pessoas e retirar delas sua autonomia e liberdade. Neste ponto, Carrara (2005) também defende o ideal de Skinner de que o controle estará sempre sujeito às questões éticas. Não é só pela razão de ser positivo que o controle é aceitável. A ideia é a de que muitos abusos sociais são praticados por alguns tipos de controle por reforçamento positivo. O próprio Skinner esteve cômico desta problemática, pois ambicionava por uma ciência do comportamento a serviço de uma sociedade justa.

Diante do exposto, é possível que ciência do comportamento tenha responsabilidades ético-políticas? Em primeiro lugar, definições sobre o que é ciência podem ajudar a construir um argumento à questão, mas não nos dedicaremos aqui a este trabalho conceitual para não desviarmos o foco das problematizações feitas até agora. Porém, de modo geral, podemos compreender ciência não como uma entidade que deve ou não ter responsabilidades, pois a ciência é comportamento de cientistas que, na busca por compreender o ser humano e o mundo, podem deixar um corpo de conhecimentos sistematizados a serem usados das mais diversas formas (a favor ou contra a humanidade dependendo do momento histórico).

Sendo assim, é possível que cientistas do comportamento sejam éticos e politicamente responsáveis? Holland (1978) defendeu que a ciência pode ser parte da solução, embora algumas práticas de analistas do comportamento estavam sendo parte do problema. Nas palavras de Holland, a “solução” pode ser entendida como caminhos para resolver as desigualdades sociais, enquanto que o “proble-

ma” seria justamente entendido como práticas que mantêm tais desigualdades.

Considerando a categoria “comportamento”, as reflexões de Holland (1978) ajudam a entender que, por diversas vezes, há pessoas ou instituições interessadas em uma intervenção sobre o comportamento de outras pessoas, em nível individual (e.g., mudar o comportamento do trabalhador ou prisioneiro) e não interessadas em transformar sistemas mais amplos (e.g., Sistema Trabalhista ou Sistema Prisional). Neste contexto, permitir que a ciência seja usada apenas como instrumento de dominação, desconsiderando que ela também pode ser usada para combater sistemas opressores, tem feito com que alguns cientistas sejam cada vez mais parte do problema.

Danziger (1997) mostrou que a Psicologia interessada em se tornar ciência aos moldes da ciência dominante fica cega aos problemas sociais e caminha para as mãos do poder dominante. De modo similar, Carrara (2005) indica que há questões histórico-culturais que constroem um cenário em que uma ciência do comportamento se torna mais disponível ao poder dominante do que à maioria da população. Deste modo, tentando responder à questão desta seção, argumenta-se que é possível que uma ciência do comportamento faça empreendimentos ético-políticos responsáveis. O caminho é descentralizar o conhecimento científico dos grupos hegemônicos e levá-lo a serviço dos dominados. Além do aprofundamento ético-técnico de uma ciência do comportamento, partindo da formação e alcançando a profissão, espera-se que o cientista fique atento aos problemas enfrentados por seu povo para que seja capaz de ajudar a sociedade a eliminar eventuais mecanismos de dominação, ou seja, ajudar em um processo de contracontrole ético e eficaz às demandas das classes oprimidas.

Neste sentido, é preciso enfatizar que, em termos políticos e éticos, as estratégias e tecnologias comportamentais podem ser úteis à dimensão coletiva, seja para subsidiar políticas públicas conduzidas por gestores incorruptíveis ou para auxiliar o contracontrole em contextos desfavoráveis aos interesses dos oprimidos. Mas, antes disso, é preciso conhecer as condições nas quais ocorrem os comportamentos, pois tal conhecimento poderá

instrumentalizar ações em prol de uma sociedade mais justa (Carrara, 2016).

Considerações Finais

O delineamento histórico sobre a construção do “comportamento” na Psicologia, bem como suas implicações sociais, foi o objetivo deste estudo. Um delineamento epistemológico sobre uma determinada categoria psicológica contribui para que se compreenda a evolução da Psicologia, ou pelo menos parte dela. Um estudo sobre a construção de certos temas e objetos, como o comportamento, investigados pela Psicologia, ajuda a eliminar equívocos e a estabelecer novos parâmetros de problematizações.

O estudo de Kurt Danziger sobre a ideia de “comportamento” ajuda a compreender como uma categoria psicológica, desenvolvida em certo período histórico e político, a partir de demandas específicas, inclinou a Psicologia a pretender um lugar nas ciências naturais. A ideia ganha amplitude e força a ponto de ser a marca registrada de certos psicólogos com suas metodologias e filosofias específicas: os behavioristas. A ideia continua a florescer até que encontra em Skinner a ambição em estender os estudos do comportamento para a esfera humana e social a partir da perspectiva do Behaviorismo Radical.

Consequentemente ao processo de construção da categoria “comportamento” como vinculada às demandas de uma Psicologia hegemônica³, observou-se que podem ocorrer arriscados problemas ético-políticos na prática psicológica. Os argumentos de Thomas Teo funcionam como uma denúncia de que certos focos da Psicologia, como o estudo do comportamento, acabaram fortalecendo o ideal hegemônico de previsão, controle e adaptação, contribuindo, assim, para a perpetuação de desigualdades sociais. Isso porque, uma Psicologia hegemônica, que atende aos interesses das classes dominantes, contribui para que as injustiças sociais sejam vistas

3 Neste caso, consideramos como Psicologia hegemônica o conjunto de saberes e práticas psicológicas que possuem características dos conhecimentos que já são dominantes em um determinado momento histórico e político e, ao mesmo tempo, tal conjunto de saberes e práticas psicológicas passam a ser utilizados para instrumentalizar o poder dominante vigente.

como problemas individuais e naturais não sendo passíveis de transformação de modo mais amplo.

É preciso ressaltar que a prática científica também é uma prática social. As intervenções científicas na natureza e na sociedade demandam constantes reflexões teóricas, técnicas, metodológicas e, sobretudo, sobre as consequências ético-políticas destas intervenções. Além disso, é preciso reconhecer que as relações estabelecidas entre cientista e a comunidade verbal a qual pertence, bem como entre cientista e sua história de vida, devem ser consideradas na compreensão da produção da ciência. Isso porque, a ciência pode ser considerada como comportamento de cientistas e, por esta razão, a produção do conhecimento não é neutra (Laurenti, 2012; Skinner, 1953/2000, 1971/2002).

A impossibilidade de estabelecer uma neutralidade não desqualifica a ciência, mas pode elevar, por assim dizer, seu status intelectual, ético e político caso os cientistas reflitam sobre as consequências de suas ações no mundo e busquem por projetos que permitam o alcance de um mundo melhor no sentido de mais igualitário e justo (Lopes & Laurenti, 2016; Vandenberghe, 2005).

Entende-se, portanto, que a ciência se torna um empreendimento social e político que, se não contempladas diversas questões éticas, pode ser utilizada contra o ser humano. Reconhecemos que optar pelo estudo científico de qualquer fenômeno, tal como os que tangem o comportamento humano, é, de modo geral, um posicionamento social, político e com exigências éticas específicas que precisam ser consideradas e repensadas em prol da humanidade.

Esta preocupação ética e política, que deve passar pelo estudo e exercício científico, também é discutida por Carrara (2016) ao refletir que a escolha por procedimentos de investigação implica em uma avaliação dos possíveis desdobramentos dos achados científicos sobre o comportamento das pessoas. Nesse processo não há espaço para neutralidade, pois escolher procedimentos e avaliar seus impactos são, de certa forma, modos de posicionamento político (Lopes & Laurenti, 2016).

Deste modo, um cientista que, constantemente, busca compreender as construções de seus saberes em termos histórico-políticos, as questões éticas envolvidas em sua prática e os problemas sociais enfrentados por seu povo, torna-se mais cômico e

apto a usar a Ciência do Comportamento em favor de uma maioria oprimida. Este entendimento se dá a partir da reflexão de que um saber que se diz científico não poderá contribuir para os princípios de igualdade e equidade, tão desejados, sem antes se posicionar a favor da redução das discrepâncias sociais que constantemente nos deparamos.

Referências

- Baum, W. M. (2006). *Compreender o behaviorismo: Comportamento, cultura e evolução*. (M. T. A. Silva e cols., Trad.). Porto Alegre: Artmed (Trabalho original publicado em 2005).
- Cançado, C. R. X., Soares, P. G., & Cirino, S. D. (2015). O behaviorismo: Uma proposta do estudo do comportamento. Em A. M. Jacó-Vilela, A. A. L. Ferreira & F. T. Portugal (Orgs.), *História da psicologia: Rumos e percursos* (pp. 205-220). Rio de Janeiro: Nau Editora.
- Carrara, K. (2005). *Behaviorismo radical: Crítica e metacrítica*. São Paulo: Editora UNESP. (Originalmente publicado em 1988).
- Carrara, K. (2016). Ecos da “revolução de Holland” na contemporaneidade: Práticas culturais, ética e compromisso social. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 18(esp.), 84-94. <https://doi.org/10.31505/rbtcc.v18i0.847>
- Cunha, A. G. (2012). *Dicionário etimológico da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Lexikon. (Originalmente publicado em 1982).
- Danziger, K. (1997). *Naming the mind: How psychology found its language*. Sage Publications. London.
- Fernandes, R. C., & Dittrich, A. Expanding the behavior-analytic meanings of “freedom”: The contributions of Israel Goldiamond. *Behavior and Social Issues*, 27, 4-19. <https://doi.org/10.5210/bsi.v27i0.8248>
- Gomes, W. B., & da Silva Alencastro, L. (2011). Anotações de história da psicologia em sumários e prefácios dos manuais introdutórios. *Memorandum: Memória e História em Psicologia*, 21, 105-135. Recuperado de <https://periodicos.ufmg.br/index.php/memorandum/article/view/6607>

- Harper, D. (2009). Behavior. Em Online Etymology Dictionary. Recuperado de <https://www.etymonline.com/word/behavior>
- Henklain, M. H. O., & Carmo, J. S. (2013). Contribuições da análise do comportamento à educação: Um convite ao diálogo. *Cadernos de Pesquisa*, 43(149), 704-723. <https://dx.doi.org/10.1590/S0100-15742013000200016>
- Hunziker, M. H. L. (1995). O uso de animais em estudos de processos psicológicos: Uma estratégia ultrapassada?. *Temas em Psicologia*, 3(3), 65-71. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X1995000300008&lng=pt.
- Hunziker, M. H. L. (2011). Afinal, o que é controle aversivo? *Acta Comportamentalia*, 19(4), 9-19. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0188-81452011000400006&lng=pt&tlng=pt.
- Hunziker, M. H. L. (2017). Dogmas sobre o controle aversivo. *Acta Comportamentalia: Revista Latina de Análisis de Comportamiento*, 25(1), 85-100. Recuperado de <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=2745/274550025006>
- Holland, J. G. (1978). Behaviorism: Part of the problem or part of the solution? *Journal of Applied Behavior Analysis*, 11(1), 163-174. <https://doi.org/10.1901/jaba.1978.11-163>
- Laurenti, C. (2012). O lugar da análise do comportamento no debate científico contemporâneo. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 28(3), 367-376. <https://dx.doi.org/10.1590/S0102-37722012000300012>
- Lopes, C. E. (2008). Uma proposta de definição de comportamento no behaviorismo radical. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 10(1), 1-13. <https://doi.org/10.31505/rbtcc.v10i1.206>
- Lopes, C. E., & Abib, J. A. D. (2003). O behaviorismo radical como filosofia da mente. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 16(1), 85-94. <https://doi.org/10.1590/S0102-79722003000100009>
- Lopes, C. E., & Laurenti, C. (2016). Da neutralidade a política. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 18(esp.), 6-10. <https://doi.org/10.31505/rbtcc.v18i0.858>
- Matos, M. A. (1997). O behaviorismo metodológico e suas relações com o mentalismo e com o behaviorismo radical. Em R. A. Banaco (Org.), *Sobre comportamento e cognição: Aspectos teóricos, metodológicos e de formação em análise do comportamento e terapia cognitiva*. (pp. 57-69). Santo André: Esetec.
- Marx, M. H & Hillix, W. A. (1997). *Sistemas e teorias em psicologia* (A. Cabral, trad.). São Paulo: Cultrix.
- Pompermaier, H. M. (2016). Eventos privados podem ser causa do comportamento? *Acta Comportamentalia*, 24(1), 109-124. Recuperado de <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=2745/274544251008>
- Pompermaier, H. M., de Melo, C. M., & dos Santos Pimentel, N. (2014). Diferentes abordagens dos fenômenos subjetivos na obra de B. F. Skinner. *Interação em Psicologia*, 18(2), 205-2015. <http://dx.doi.org/10.5380/psi.v18i2.30487>
- Pompermaier, H. M., & Lopes, C. E. (2018). Para além da privacidade. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 34(e3422). <https://doi.org/10.1590/0102.3772e3422>
- Sampaio, A. A. S. (2005). Skinner: Sobre ciência e comportamento humano. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 25(3), 370-383. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932005000300004&lng=pt&tlng=pt.
- Sampaio, A. A. S., Azevedo, F. H. B., Cardoso, L. R. D., Lima, C., Pereira, M. B. R., & Andery, M. A. P. A. (2008). Uma introdução aos delineamentos experimentais de sujeito único. *Interação em Psicologia*, 12(1), 151-164. Recuperado de <https://revistas.ufpr.br/psicologia/article/view-File/9537/9218>.
- Sanabio-Heck, E. T. (2015). Aspectos históricos, epistemológicos e de intervenção clínica analítico-comportamental contemporânea. Em D. U. Hur, F. L. Júnior & M. R. S. Resende (Orgs.), *Psicologia e transformação: Intervenções e debates contemporâneos* (pp. 57-72). Goiânia: Editora UFG.
- Santos, R. D., Neves, F. S., & Cabral, L. F. (2017). Significado de comportamento. Em *Dicio, Dicionário Online de Português*. Recuperado de <https://www.dicio.com.br/comportamento/>
- Sidman, M. (1995). *Coerção e suas implicações* (M. A. Andery & T. M. Sério, Trads.). Campinas:

- Editorial Psy II. (Trabalho originalmente publicado em 1989).
- Simonassi, L. E., Tourinho, E. Z., & Silva, A. V. (2001). Comportamento privado: Acessibilidade e relação com comportamento público. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 14(1), 133-142. <https://doi.org/10.1590/S0102-79722001000100011>
- Skinner, B. F. (1974). *Sobre o behaviorismo* (M. P. Villalobos, Trad.). São Paulo: Cultrix.
- Skinner, B. F. (1992). *Verbal behavior*. Cambridge: B. F. Skinner Foundation. (Trabalho originalmente publicado em 1957).
- Skinner, B. F. (1989). *Recent issues in the analysis of behavior*. Columbus: Merrill Publishing Company.
- Skinner, B. F. (2000). *Ciência e comportamento humano*. (R. Azzi & J. C. Todorov, Trans.) São Paulo: Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1953).
- Skinner, B. F. (2002). *Beyond freedom and dignity*. Hackett Publishing Company. (Trabalho original publicado em 1971).
- Strapasson, B. A. (2012). A caracterização de John B. Watson como behaviorista metodológico na literatura brasileira: Possíveis fontes de controle. *Estudos de Psicologia*, 17(1), 83-90. <https://doi.org/10.1590/S1413-294X2012000100010>
- Strapasson, B. A., & Carrara, K. (2008). John B. Watson: Behaviorista metodológico?. *Interação em Psicologia*, 12(1). <http://dx.doi.org/10.5380/psi.v12i1.9120>
- Teo, T. (2009). Philosophical concerns in critical psychology. Em D. Fox, & I. Prilleltensky (Eds.), *Critical psychology: An introduction* (2nd. ed.). (pp. 36-53). London: Sage.
- Todorov, J. C. (1982). Behaviorismo e análise experimental do comportamento. *Cadernos de Análise do Comportamento*, 3, 10-23. Recuperado de <https://itcr Campinas.com.br/txt/baec.pdf>
- Tourinho, E. (2006). Relações comportamentais como objeto da psicologia: Algumas implicações. *Interação em Psicologia*, 10(1), 1-8. <http://dx.doi.org/10.5380/psi.v10i1.5792>
- Vandenberghe, (2005). Uma ética behaviorista radical para a terapia comportamental. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 7(1), 55-66. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-55452005000100007&lng=pt&tlng=pt
- Velasco, S. M., Garcia-Mijares, M., & Tomanari, G. Y. (2010). Fundamentos metodológicos da pesquisa em análise experimental do comportamento. *Psicologia em Pesquisa*, 4(2), 150-155. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1982-12472010000200008&lng=pt&tlng=pt.
- Watson, J. B. (1913). Psychology as the behaviorist views it. *Psychological Review*, 20(2), 158-177. <http://dx.doi.org/10.1037/h0074428>
- Zilio, D. (2011). Consciência verbal, não-verbal e fenomênica: Uma proposta de extensão conceitual no behaviorismo radical. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 13(1), 4-19. <https://doi.org/10.31505/rbtcc.v13i1.433>
- Zilio, D. (2012). Relacionismo substancial: A ontologia do comportamento à luz do behaviorismo radical. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 28(1), 109-118. <https://dx.doi.org/10.1590/S0102-37722012000100014>

Informações do Artigo

Histórico do artigo:

Submetido em: 11/01/2020

Primeira decisão editorial: 21/08/2020

Aceito em: 12/01/2020

Editora associada: Carolina Laurenti